

O paradoxo perverso

A política econômica que o governo federal vem pondo em prática contém uma contradição que ainda não foi assimilada pelos agentes econômicos, que esperavam queda de juros e retomada do crescimento industrial. A decisão de contrair a administração pública, a ponto de obter um superávit primário equivalente a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), sinaliza uma melhoria na capacidade do Tesouro Nacional de honrar seus compromissos com encargos financeiros. As taxas de juros dos papéis do governo e as praticadas no mercado deveriam cair e não aumentar, como vem ocorrendo.

O governo contribuiu para elevar o custo do dinheiro, ao retirar da economia o equivalente a 36,4% do PIB ao ano, em impostos, que são parte da poupança privada. E piora o quadro, ao reduzir a quantidade de recursos que voltariam na forma de gastos públicos, robustecendo o seu superávit primário. Em um quadro de normalidade, esses dois movimentos deveriam indicar um horizonte de redução

dos custos de rolagem da dívida pública federal e também dos custos do dinheiro para o setor privado.

Não foi assim que ocorreu. O Banco Central, ao contrário, elevou para 25,5% as taxas de juros, para fazer frente aos possíveis impactos da anunciada guerra dos Estados Unidos contra o Iraque sobre os fluxos de capitais externos e diminuir a pressão do câmbio como alimentador da inflação. Isso reduz ainda mais a oferta de dinheiro ao setor privado. O efeito do uso desse instrumento no câmbio e na inflação é conhecido pelo mercado.

O setor privado clama por contas públicas equilibradas, porque sabe que o governo é o maior tomador de dinheiro no mercado. Quanto mais saudáveis estiverem as contas públicas, menores serão os custos da rolagem da dívida interna e a taxa de juros ao setor privado. Essa era a intenção anunciada pela equipe econômica do

novo governo, aparentemente neutralizada pela exacerbação da crise internacional, que demanda cautela e previdência dos governantes, para evitar surpresas desagradáveis.

Um dos principais fatores que vêm sancionando a elevação dos preços internos decorre do nosso esforço exportador, importante e necessário para

Quanto mais saudáveis estiverem as contas públicas, menores serão os custos da rolagem da dívida interna e a taxa de juros

o equilíbrio do balanço de pagamentos. O efeito paradoxal e perverso dessa política é que todo o complexo industrial voltado à exportação se torna um dos principais responsáveis pela elevação dos preços internos. Um dos exemplos que ilustram esse movimento é o do setor agrícola. O efeito positivo do câmbio desvalorizado sobre os preços dos produtos agrícolas exportados é perverso no mercado interno. Os custos nacionais do açúcar, do álcool, do milho, da soja e de seus derivados são arbitrados, hoje, muito mais pelo fator câmbio na exportação

ou importação do que pelo efeito das taxas de juros. Uma eventual redução dos preços desses produtos, na atual conjuntura, passaria por um ajuste no câmbio ou aumento da oferta de produção interna. A redução das taxas de juros, neste caso, poderia contribuir para a disposição de um número maior de produtores rurais semear a terra.

O aumento das exportações, como é desejável, vem contribuindo, é verdade, para melhorar a conta de transações correntes do País e a vida das empresas exportadoras. São inúmeros os casos de sucesso de empresas que conseguem faturar em dólar. Os balanços dessas empresas que estão sendo publicados demonstram isso. Essas companhias estão mais capitalizadas e vêm praticando os preços exigidos pelo mercado, para honrar com a entrega das mercadorias e matérias-primas no exterior. Alguns desses setores exportadores vêm balizando os preços praticados no mercado interno. A grande batalha que o governo terá pela frente é evitar o im-

pacto desses preços na economia e seus efeitos indexados.

O esforço para elevar o superávit está na direção certa. A aprovação do projeto de reforma tributária e da Previdência Social é fundamental para garantir a sustentação saudável de nossa economia. Infelizmente, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso preferiu fazer uma reforma fiscal por meio do aumento dos impostos, não pela reestruturação do sistema. Agora, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem como tarefa ainda maior recuperar a confiança dos investidores externos, realizando a reforma fiscal e tributária juntamente com o esforço de melhoria das exportações.

O reequilíbrio do câmbio e a progressiva recuperação da economia terão efeitos positivos sobre os preços e sobre a retomada do fluxo de recursos externos. Não será a alta dos juros que produzirá esse resultado.